



**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**AUDIÊNCIA PÚBLICA – “PRIMEIRA INFÂNCIA”**

Ata da Audiência Pública de 10 de Novembro de 2023 – “A Importância da Primeira Infância.” - Ponta Porã – MS. Autoridades presentes, senhoras e senhores, convidados, bom dia. Sejam todos bem-vindos. A excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, primeira vice-presidente desta Casa de Leis, tem a honra de receber a todos nesta manhã para participarem da audiência pública sobre a PRIMEIRA INFÂNCIA, o futuro começa aqui. Convidamos para presidir esta solenidade e recepcionar os convidados para ocupar o lugar à mesa, excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, primeira vice-presidente da Câmara Municipal, e convidamos para, juntamente com ela, o presidente desta Casa de Leis, vereador Candinho Gabínio. Para ocupar a mesa, convidamos o Dr. Rafael Biziac, defensor público. Senhora professora Eliana Fernandes, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, neste ato representando a excelentíssima senhora secretária Mirtha Landolfi. Convidamos o excelentíssimo senhor, conselheiro substituto, Célio Lima de Oliveira, coordenador geral do programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância, nosso palestrante também dessa manhã. Senhora Alexandra Barbosa de Oliveira, diretora de comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e membro do Comitê do Trabalho do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, também nossa palestrante. Convidamos para ocupar a mesa a Dr. Fanny Tebicherani, proprietária e consultora da empresa Arcanjos Consultoria Educacional, palestrante também desta manhã. Convidamos a todos para juntos, acompanharmos o Hino Nacional Brasileiro, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. E, na sequência, o Hino à Ponta Porã, letra do professor Isaac Borges Capilé e música do subtenente Aniceto. Bom dia a todos. De acordo com as determinações legais conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, no artigo 75A, entende-se por audiência pública o espaço em que os poderes executivo e legislativo possam expor e debater temas





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

relevantes para a população. A audiência pública é um instrumento do diálogo estabelecido com a sociedade na busca de soluções para as demandas sociais. É um espaço de conversação aberto para a construção de soluções para as questões apresentadas pela comunidade. Em tempo, convidamos a excelentíssima senhora Vera Lúcia de Oliveira, secretária municipal de Assistência Social, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito Eduardo Campos. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente audiência pública para tratar sobre a importância da primeira infância. Convidamos a senhora, a secretária adjunta Eliana Fernandes para uma breve fala. Bom dia. É com enorme satisfação que nós hoje estamos participando desse evento. Hoje eu, em nome da professora Mirtha, nossa secretária municipal de educação, que não pôde estar presente porque está em um outro compromisso, nós agradecemos o convite da vereadora e nos sentimos honrados em participar desse momento tão importante para a nossa população, também trazer um pouquinho do que a Secretaria de Educação tem feito em atendimento à primeira infância. Então, para nós é uma honra estar aqui hoje participando desse evento tão importante para a nossa comunidade. Muito obrigada. Neste momento, vamos, então, desfazer a mesa para que possamos dar início às palestras. Podem ocupar aquelas cadeiras laterais. Dando início às palestras desta manhã, Convidamos o senhor Célio Lima de Oliveira, mestre em Economia e Ciências Contábeis, com formação em Ciências Contábeis e direito pós-graduado em Direito Privado, Auditoria, Perícia e Controladoria. Atualmente exerce o cargo de Auditor Substituto e Conselheiro Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Atuou também como Auditor Federal de Finanças e Controle na Controladoria Geral da União e Auditor Fiscal de Tributos Estaduais na Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. Como docente, ministrou aulas nos cursos de graduação e pós-graduação em ciências contábeis. Tem experiência na área de administração com ênfase em ciências contábeis. Convidamos, portanto, Célio Lima de Oliveira. Bom dia a todos. Primeiro, gostaria de agradecer ao nosso presidente da Câmara pelo convite. A vereadora Kamila, muito obrigado pela deferência em ter convidado o





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nosso Tribunal de Contas. O nosso programa é novo, vamos fazer ainda oito, nove meses de atuação, e hoje nós pretendemos trazer um recado para vocês do que o Tribunal de Contas está fazendo e por que o Tribunal de Contas se inseriu nessa luta. Eu vou tomar a liberdade de inverter um pouco a apresentação, até para a gente ter uma lógica em relação à mensagem que a gente quer passar para vocês. Então, eu vou pedir primeiro para a Alessandra fazer a fala dela e, na sequência, eu venho arrematando e falando um pouquinho sobre os trabalhos que nós estamos fazendo aqui no âmbito tribunal em relação a um tema tão importante como esse da primeira infância. Por favor, Alessandra. Muito obrigada, bom dia a todos. É uma satisfação enorme poder estar aqui. Quero agradecer à vereadora Kamila pelo convite e que nós possamos hoje ter uma manhã produtiva. Como o nosso tempo é curto, então vamos aos trabalhos. Vou começar com essa informação muito importante, talvez não seja de conhecimento de todos, mas talvez da maioria aqui, mas ela é sempre muito importante. 90% das conexões cerebrais são formadas até os 6 anos de idade. Se eu finalizasse aqui e dissesse, olha, muito obrigada, só com essa informação já seria suficiente para a gente entender a importância da fase da primeira infância na vida e na formação de um ser humano. Eu não vou me alongar muito na parte de neurociência, porque isso é muito complicado, é complexo, fascinante, mas não é o nosso objeto específico aqui. Mas se a gente entende que 90% das nossas conexões cerebrais, ou seja, a conexão em rede dos nossos neurônios, que vai nos permitir o nosso desenvolvimento cognitivo, físico, motor, se a gente entende que 90% disso acontece até os seis anos de idade, só 10% ao longo do restante da vida, a gente começa a entender a importância da primeira infância nas nossas vidas. Eu vou falar sobre primeira infância, uma pauta prioritária. A primeira desinformação que nós estamos ajudando a combater é essa. A primeira infância é a fase que vai da gestação aos seis anos de idade. Quando se fala em primeira infância, é muito comum as pessoas acreditarem que a gente está falando somente de educação infantil. E nós não estamos falando somente de educação infantil. Nós estamos falando de uma fase que vai desde a barriga da mãe até os seis anos de idade. Um milhão de novas conexões são formadas por





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

segundo nessa fase. A criança é capaz de aprender tudo que nós ensinarmos a ela. Por isso é uma fase que a gente precisa muito de estímulos. A criança é capaz de aprender e se expressar em qualquer idioma. A primeira infância é, portanto, uma janela de oportunidade. A plástica cerebral ali, nesse momento, permite que a criança alcance o seu potencial, desde que ela seja estimulada, e eu vou mostrar para vocês como a gente faz isso. Tudo o que acontece na infância não fica na infância. Tudo o que acontece na infância nos acompanha ao longo da vida. Se eu pedir para cada um dos senhores agora lembrar de um dia, lá por volta dos seus quatro, cinco anos de idade, sabe aquela arte que a gente fez bem escondidinho e que foi maravilhosa? Ou aquele bolo na casa da avó, ou aquele dia que a gente brincou com os primos, subiu na árvore e fez muita bagunça? Isso está aí, dentro de cada um de vocês. O cheirinho da mãe, o cheirinho da avó, aquele cheirinho de pão de queijo, enfim, da chipa, aqui nós temos chipa paraguaia. Então, a sopa paraguaia, está tudo aí dentro de vocês, está tudo dentro de nós, a infância não sai de nós. Se vocês pudessem se olhar agora, vocês iam perceber que vocês estão sorrindo. Por quê? Porque vocês têm essa lembrança no coração. Então, tudo o que acontece, de bom ou de ruim, nos acompanha ao longo da vida. E isso é uma preocupação, porque hoje em dia nós vemos as crianças abandonadas, nas casas, ou às vezes nas ruas, e a gente sabe que isso vai acompanhá-las ao longo de toda a existência delas, essa solidão, enfim. A primeira infância é muito importante. Dentro da primeira infância, em 2000, um economista chamado James Heckman ganhou um prêmio Nobel, porque ele conseguiu comprovar que os investimentos realizados nessa fase da vida, ou seja, de zero a seis anos de idade, eles revertem sete vezes lá na frente. Nunca, em nenhuma outra fase da vida, nós vamos conseguir isso. Isso significa que, se eu faço investimentos aqui, nessa fase da criança pequena, eu vou colher sete vezes mais esse investimento lá na frente. Eu vou ter um ser humano que se formou, um ser humano capaz de resolver problemas complexos, um ser humano que consegue trabalhar por uma sociedade melhor, que consegue resolver problemas. Hoje as empresas buscam isso e não conseguem. Por que? Pessoas que às vezes não conseguem, são os analfabetos funcionais, pessoas que às vezes não







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

conseguem ler e entender um texto simples. Onde está o problema? Está lá na primeira infância. Então, James Heckman, em 2000, ele consegue comprovar que é a melhor política anticrime que nós podemos fazer, é investir na primeira infância. E, nesse sentido, os estudos mostram que, quanto melhores forem as condições para o desenvolvimento durante a primeira infância, maiores são as probabilidades de que a criança alcance o melhor do seu potencial, tornando-se um adulto mais equilibrado, produtivo e realizado. Existe uma fundação chamada Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que é uma referência para nós do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância, e essa fundação, no ano de 2020, ela fez aos então candidatos a vereadores e prefeitos várias recomendações. Dentre essas recomendações, que esses candidatos colocassem ali nas suas propostas, nas suas promessas de campanha, e depois nos seus planos de governo, há a primeira infância. Então, para que a gente possa compreender quais são essas pautas que envolvem a primeira infância, ampliar a oferta de creche para crianças de zero a três anos de idade. No Mato Grosso do Sul, nós estamos enfrentando uma situação muito delicada. O Tribunal de Contas fez um levantamento e nós chegamos a um número de mais de 30 mil crianças fora das creches. Isso é alarmante. Por que? Porque se essa criança não está na creche, ela está onde? Ela está com quem? Campo Grande tem o maior déficit, são quase 9 mil crianças fora da creche. Nem judicializando se consegue vaga. Isso é gravíssimo, porque se a criança não está lá onde ela está? Implementar ou ampliar programa de visitação domiciliar. Então a gente começa a entender mais ainda que, quando se trata de educação infantil, nós não estamos tratando especificamente de primeira infância, nós não estamos falando só de educação infantil. Nós precisamos de políticas públicas intersetoriais. Priorizar a criança no orçamento municipal. Aqui começam a entender por que o Tribunal de Contas está envolvido nisso. A criança é da nossa conta. Nós queremos enxergar a criança no orçamento municipal. Se a criança não estiver no orçamento municipal, vereadora, como é que nós podemos saber o que os municípios vão estar fazendo com essas crianças? Como é que nós vamos conseguir avaliar as políticas públicas se a gente não consegue





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

enxergar essa criança no orçamento? Integrar as políticas de educação, saúde e assistência social voltadas às crianças de 0 a 6 anos. Elaborar e implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância, PMPI. O nosso conselheiro Célio, daqui a pouco, vai falar sobre isso. Então, são pautas prioritárias que a Fundação Cecília Maria Soto Vidigal recomendou aos candidatos a vereadores e prefeitos, no ano de 2020, e que nós, no ano que vem, baseado nessa cartilha, vamos fazer recomendações semelhantes, para que a gente consiga fazer com que a sociedade enxergue a importância dessas pautas e a importância da primeira infância estar desde a promessa de campanha e no plano de governo de vereadores e prefeitos. São Paulo inaugurou recentemente o primeiro parque lúdico voltado para a primeira infância. Parece haver um despertar coletivo à primeira infância, graças a Deus. Eu não imaginei estar viva para ver isso, mas estamos vendo. Essa iniciativa, com certeza, vai se multiplicar. Em agosto desse ano, o Senado aprovou agosto como o mês da primeira infância. Isso é importantíssimo. Por quê? Porque nós vamos ver casas como essa que estamos agora, no mês de agosto, falando sobre primeira infância. Nós vamos ver as câmaras municipais, nós vamos ver as assembleias legislativas, nós vamos ver a Câmara Federal, discutindo isso no mês de agosto. Teremos um mês para isso. Muitos projetos, muitas discussões, muitas audiências vão acontecer nesse mês de agosto, porque ele foi instituído como o mês da criança. E foi o mês que nós lançamos o programa integrado pela garantia dos direitos da primeira infância. Tivemos a nossa vereadora lá conosco, acompanhando essa luta, que já é dela de tanto tempo. Dentro dessa fase que já é tão importante e complexa e linda, a gente tem uma fase que exige ainda mais cuidado, que é a primeiríssima infância. Sabe aquele brotinho daquela plantinha que vocês acham linda, que você está cuidando com todo o amor? Assim é. a primeiríssima infância. A primeiríssima infância, ela vai da gravidez, 270 dias, depois quando o bebê nasce, de 0 a 12 meses, 1 ano de idade, depois de 1 a 2 anos de idade, completando ali 1.000 dias. Então, a primeiríssima infância que a gente considera são os primeiros 1.000 dias. Me foi permitido contar a minha história. O nosso presidente, o conselheiro Gerson, quando ficou sabendo, o nosso coordenador do programa, me





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

permitiram contar um pouco da minha história, porque a história, ela conecta, ela nos ajuda a entender melhor tudo isso. Eu tenho uma primeira infância na minha casa. Nem todos os bebês nascem depois de 270 dias. Isso eu descobri na prática, foi apressadinho e nasceu de sete meses, nasceu de 31 semanas, portanto um bebê prematuro complexo, a situação dele era complexa. Quando meu filho nasceu, eu fui submetida a um parto de emergência, que, sinceramente, eu achei que eu não sairia viva dele. Foi um momento muito difícil. O meu filho, eu fiz todo o pré-natal, todo o acompanhamento pré-natal, tinha plano de saúde, já trabalhava lá no tribunal, era acompanhado. Eu já tinha 40 anos de idade quando meu filho nasceu, então já era uma gravidez que inspirava cuidados, mas estava tudo bem, até um dia que não estava mais tudo bem. E eu fui submetida a esse parto de emergência, E quando o Nicolas nasceu, a minha cunhada, que era médica neonatologista, ela avisou. Quando eu cheguei no hospital, já havia todo um aparato esperando. E quando o meu filho nasceu, ele nasceu, veio para o meu colo, e ele começou a perder os sinais vitais. Mas havia toda uma equipe ali. E o meu filho teve que ser ressuscitado algumas vezes. E eu estava vendo aquilo, sem poder fazer nada, eu nunca me senti tão impotente em toda a minha vida, Mas ele foi salvo. Ele foi salvo e a preocupação do meu médico naquele momento era garantir um leito de UTI. Hoje eu entendo por quê. Porque nós temos pouquíssimos leitos de UTI em Mato Grosso do Sul. Pouquíssimos. No ano de 2022, mais de 600 bebês morreram porque não conseguiram atendimento. Hoje eu entendo. Conseguimos o leito de UTI, graças a Deus, e lá eu permaneci com ele 34 dias, na UTI. Nesse tempo, como ele nasceu prematuro, extremo, ele não podia mamar, porque ele tinha 31 semanas. E os bebês só têm a capacidade de mamar, sugar, engolir e respirar ao mesmo tempo quando ele tem 34 semanas. A partir da 34ª semana, o meu ainda tinha três semanas para chegar até lá. Então, isso fazia com que eu tivesse que ir ao banco de leite todos os dias, mais de uma vez, tirar esse leite para o meu filho poder receber esse leite por sonda. Para fazer isso, eu cruzava todo o hospital. Então eu passava pela ala SUS e eu via muitas adolescentes, e isso começou a me chamar a atenção. Eu via aquelas adolescentes grávidas, via aqueles rapazes tão novinhos, às





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

vezes bonezinhos para trás, e eu falava, meu Deus. Eu me sentia uma avó ali, porque eu já tinha 40 anos, e a média ali era de 16, 17. Aquilo começou a me chamar a atenção, e um dia eu comentei com uma enfermeira. E ela me disse, pois é, essas meninas chegam grávidas aí, essas a gente deixa sofrer bastante para não voltar no outro ano com outro filho na barriga. Eu confesso para vocês, eu estava tão cansada, eu tinha acabado de sair de uma cesariana de emergência, eu estava com o filho na UTI, aquela informação não fez muito sentido para mim, eu não reagi. Mas um dia, voltando do banco de leite, eu vi uma mãe em desespero, eu entendi muito rapidamente que ela havia perdido o filho dela, e eu cheguei perto para ver o que eu poderia fazer, e ali eu entendi que ela não tinha perdido o filho e o bebê, ela tinha perdido a mãe, do neto dela, ela tinha perdido a filha, ela tinha perdido a mãe do filho. E eu fiquei em estado de choque, porque ela era mãe de uma menina de 14 anos, que procurou atendimento médico, morava no interior, foram várias vezes ao posto de saúde, e ela não conseguiu atendimento, e a menina acabou morrendo, faleceu, e o bebezinho dela ficou lá na UTI sozinho, porque a avó não podia ficar, a avó tinha que voltar, porque tinha um filho pequeno também, E eu comecei a lembrar do que a enfermeira me falou, essas a gente deixa sofrer mesmo para não estar com outro filho aqui na barriga. E eu comecei a ficar muito angustiada de estar ali na UTI. Eu queria sair daquele lugar, apesar de tudo, havia muita gente ali me tratando muito bem, cuidando muito bem do meu filho, mas aquilo me angustiou demais. A infância não pode ser tratada dessa forma. Nenhuma mãe pode ser tratada dessa forma. Seja ela quem for, tenha ela a idade que tiver, as mães não podem ser tratadas dessa forma. A infância não pode ser tratada dessa forma. Aquilo me chocou bastante. E eu comecei a entender que nem todo mundo tinha a situação que eu tinha ali, e que nem todo bebê tinha o que o meu bebê tinha. Eu era uma mãe que estava disponível para o meu filho. Eu já sabia sobre primeira infância. Eu sei sobre primeira infância há mais de 20 anos. Eu estudo isso. Eu sabia que a importância de aconchegar o meu filho nesse momento, porque eu era parte do tratamento dele. Enquanto meu filho tinha a mãe ali junto com ele, quase que 24 horas por dia, os meus turnos de UTI eram, no mínimo, 18







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

horas, tinham bebês ali que ficavam abandonados. E eu chorava muitas vezes vendo aquilo, sem poder fazer nada. Mas eu prometi para mim que um dia, nem que fosse usando a minha voz, eu faria alguma coisa por isso. Esse é o Nicolas, quando chegou em casa, depois de 34 dias na UTI. Ele era tão pequenininho. Ele nasceu com 1,7 kg. Ao longo da UTI, ele perdeu peso. Depois foi muito difícil ele recuperar o peso. Quando chegou em casa, ele tinha por volta de 1,9 kg. E aqui é o Nicolas, apenas quatro meses depois, alimentado somente com leite materno. O leite materno é uma benção. O leite materno é algo tão incrível. Essa conexão mãe e filho é tão grande que o leite materno muda de composição quando o bebê tem, por exemplo, algum problema de saúde, uma gripe, alguma coisa assim. O leite fica mais forte. Ele é maravilhoso. O leite é composto de água, de gordura, de sais minerais, tudo o que o bebê precisa. Parece até um milagre. A gente olha e não acredita que é o mesmo bebê, mas é o mesmo bebê apenas quatro meses depois. Bom, aqui é o Nicolas, rumo aos mil dias de vida. Aqui a gente já estava, ele já estava nessa fase de descoberta do mundo, eu coloquei essa foto de propósito, ele tinha ido visitar o planetário no Rio de Janeiro. E por que essa foto está aqui? Porque a primeira infância, ela é isso, é um ser humano que chega em um planeta que ele não conhece, tudo é desconhecido, tudo é novidade. Os primeiros mil dias são aquela primeiríssima infância que eu falei para vocês, a fase que a gente tem que cuidar com muita atenção, com muito carinho desse brotinho, pequenininho. Eles estão descobrindo o mundo. Já perceberam que os bebês, tudo que eles pegam, eles colocam na boca, nessa fase? Eles estão literalmente experimentando e é assim que eles aprendem. A gente mora em frente a um bosque, e eu falo para ele que a árvore é a casa do passarinho, que é muito importante cuidar das árvores, e todo dia de manhã ele pedia para ir ver essa arvorezinha aqui, porque ele acreditava que ela já ia estar grandona, que já era a casa do passarinho. É uma fase lindíssima. E eu fico, às vezes, com uma dor no coração quando eu vejo que muitos pais e muitas mães não aproveitam essa fase, porque ela é única e ela não volta mais. É uma fase de encantamento. Essa fase da primeira infância, o brincar é muito importante. É brincando que eles se desenvolvem e que eles aprendem. Então, vereadora,





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

a gente sempre fala da importância dos parques, dos parques públicos, dos parquinhos nas creches. A criança precisa do brincar. É assim que ela se desenvolve na sua plenitude, é brincando, é o lúdico que faz toda a diferença na vida dessa criança. Nós estimulamos muito o Nicolas a brincar. Eu e o pai dele, a gente parece mais criança do que ele. A gente brinca muito. Tem hora que eu falo, meu Deus, um dia a gente brincou tanto que, eu estava com ele no parque brincando, chegou um momento que ele falou assim, mamãe, devolve meu trator, porque eu estava brincando mais do que ele. Bom, aqui já é o Nicolas com três anos e meio, mais ou menos. O Nicolas sempre muito estimulado, a avó dele é doutora em educação, aplicou nele o método Emilia Pinkler, então, agora eu que me vire com essa criança tão inteligente. Aqui um dia a gente passeando no shopping, o Nicolas viu esse brigadeiro, ficou muito encantado e falou, mamãe, eu quero aquele brigadeiro. Eu fui lá e falei, tá bom, vamos comprar. Comprei o brigadeiro. Quando o brigadeiro chegou, ele ficou indignado. E aí ele foi lá medir o brigadeiro. E aqui ele começou a aprender que a gente tem que tomar um pouco de cuidado com a publicidade. Nem sempre é real. A gente precisa tomar cuidado. E ele foi lá medir e olhou para mim, indignado, naquela foto e disse, olha, eu quero esse aqui. Não é esse pequenininho que você está me dando. Então, o que é essa capacidade? Eles já começam a ter a capacidade de comparar, de saber o que eles querem, de se colocar. Isso com três anos e meio. Pode passar, por favor. Aos quatro anos de idade, o Nicolas se tornou um especialista em máquina de lavar. E um dia, foi muito interessante, eu cheguei em casa, a nossa secretária olhou para mim e falou assim, Dona Alessandra, a senhora precisa levar esse menino no psicólogo. Falei, mas por quê? O que aconteceu? Ela falou, senhora, pergunta para ele o que ele me falou, que eu nem entendi. Falei, tá, vou perguntar. Falei, meu filho, o que você falou para a Edneia? Ele falou, não, mamãe, eu cheguei aqui e ela colocou a roupa na nossa máquina e a nossa máquina estava batendo assim, toda descompassada. Ela vai forçar o sensor de balanceamento da nossa máquina. Eu falei, meu Deus do céu, sensor de balanceamento? Ele falou assim, é, isso pode fazer quebrar até o agitador. Se vocês não sabem, aquela parte branca chama agitador. Eu falei, meu filho, onde é que você está





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

aprendendo tudo isso? Ele falou, eu pergunto para o Google, mamãe, a mulher me fala tudinho. Eu falei, meu Deus do céu, o que eu faço agora com essa criança? E aí eu vou mostrar para vocês, eu não sei se esse vídeo vai rodar, mas eu vou pedir para passar, por favor. Eu perguntei para ele quem ele gostaria de convidar para o aniversário de quatro anos. Ele falou para mim, o dono da Electrolux. Eu falei, tá bom, o dono da Electrolux, sim. Eu falei, mas por que você quer tanto que ele venha? Ele falou, porque ele é o dono. Eu falei, ah, tá certo. Eu falei, eu vou convidar então, meu filho. Não sei se sai o som. Eu falei, tá bom, meu filho, eu vou convidar ele. E aí ele me disse assim, mas você não tem o telefone dele. Eu falei, mas eu acho. E o que aconteceu? Esse vídeo aqui, ele fala isso, a gente conseguiu gravar, chegou na Electrolux. O dono da Electrolux, ele não mora no Brasil, mora na Alemanha, se não me engano, mas o CEO da Electrolux na América Latina ficou sabendo disso, entrou em contato conosco, mandou presentes para o Nicolas, mandou uma carta felicitando pelo aniversário dele, e nós ficamos muito felizes, e o Nicolas também. E por que eu estou contando essa história? Porque eles podem ser quem eles quiserem. Nós precisamos acreditar nisso e incentivar isso. Eles podem ser amigos de quem quiserem, eles podem alcançar tudo o que eles quiserem, desde que nós, como pais, como professores, como educadores, como agentes públicos, desde que nós façamos a nossa parte como sociedade. Que a gente consiga estimular isso. Que a gente chegue o mais perto possível do ideal para essas crianças. Eu vejo que se fala muito em riquezas, em petróleo, em nióbio, em várias riquezas. Essa é uma riqueza. As nossas crianças são a nossa maior riqueza. Elas são o futuro. E nós precisamos entender isso. A potencialidade deles é infinita. Eu nunca imaginei que meu filho iria inspirar um programa tão bonito. As crianças têm direitos. Esses direitos estão garantidos na Constituição Federal, no artigo 227. Esses direitos estão novamente lá no marco legal pela primeira infância, no Pacto Nacional pela Primeira Infância. O Pacto Nacional é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça, foi o Conselho Nacional de Justiça que convidou os tribunais de contas a fazer parte dessa luta pela infância, e nós temos agora o programa integrado pela garantia dos direitos da primeira infância, que o meu colega conselheiro





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Célio vai poder falar com mais propriedade do que eu. O que nós estamos buscando nesse programa? A garantia dos direitos das crianças, que ela tenha o direito à vaga na creche. Isso não é uma opção do Estado, isso é um dever do Estado, opção da família e direito da criança. Então, que esse direito seja garantido, de fato, e que as creches não sejam um repositório de crianças. Que elas sejam equipadas, que os professores tenham condições de trabalho, que os professores sejam valorizados, que eles possam desenvolver o seu trabalho com o que eles realmente precisam para fazer isso. Nós criamos um portal. Esse portal está em construção, mas nele todas as informações a respeito do programa integrado pela garantia dos direitos da primeira infância estão concentradas nele. Então, as notícias, todo o trabalho que nós estamos fazendo está aqui nesse portal. Eu vou deixar o QR Code, para vocês. Ali tem o nosso presidente, conselheiro Gerson Domingos, que é o presidente do nosso comitê. Nós temos um comitê de trabalho. Lá no nosso comitê principal, o doutor Célio é o coordenador geral, o presidente Gerson é o presidente do comitê. Eu sou responsável pela dimensão comunicação, mas nós temos outros integrantes que são responsáveis pela dimensão fiscalização, capacitação e boas práticas. Esse é o comitê. Nós temos os contatos aqui de todos nós, então, se precisarem de alguma informação, estaremos sempre à disposição. E nós não temos nem um ano ainda de atuação, mas algumas coisas já começam a acontecer. Essa notícia é dessa semana. São mais de 6 mil alunos assumidos pelo Estado e a capital, com isso, Campo Grande, pretende zerar a fila por creche. É isso que nós queremos. Nós queremos a efetividade das políticas públicas. Aqui está o QR Code do portal, então se alguém quiser entrar, navegar, lembrando que ele está ainda em construção, mas muito em breve ele já vai estar 100%. Eu passo a palavra agora para o conselheiro Célio, que vai fazer a apresentação dele e falar um pouco mais tecnicamente sobre esse programa. Muito obrigada. Eu vou ler agora o currículo da senhora Alessandra Barbosa de Oliveira, porque houve uma inversão. Ela é graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. pós-graduação em Imagem e Som pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atuou como diretora de divulgação da







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

rádio e televisão na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, sendo responsável pela linha editorial dos canais oficiais de comunicação da Assembleia Legislativa criação e produção de audiovisuais. E hoje ela é chefe da Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado e membro do Comitê de Trabalho do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul. Parabéns. Bem, agora vocês entendem por que eu inverti a fala, porque a história da doutora Alessandra é a história da primeira infância, é o porquê de nós estarmos aqui neste momento. Então, me coube agora trazer para vocês algumas informações técnicas que são fundamentais para que a implementação do Programa Integrado para a Garantia das Políticas Públicas para a Primeira Infância, eles têm que serem observados, principalmente por essa casa, a Casa do Povo, pelos representantes do Poder Judiciário, pela Defensoria Pública, pelos representantes do Poder Executivo, secretários. Então é interessante que vocês entendam o recado que eu vou tentar dar aqui em poucas palavras, para que vocês compreendam de que forma temos que nos organizar para podermos implementar esse programa aqui no município de Ponta Porã e outros municípios do nosso estado. Por favor, passa o vídeo aí. Eu vou passar um vídeo aqui rapidinho, e depois a gente vai tentar esmiuçar o que vocês vão ouvir aqui. Vê o som aí. Tá sem som? Então, deixa eu tirar o vídeo, sem o som não dá. Vê se ele consegue. Vou deixar para passar o vídeo no final só um minuto pessoal, problema técnico não, não está saindo, senão vamos atrasar Vamos fazer a apresentação da sequência? Bem, eu vou tentar passar o vídeo no final, que aí esse vídeo vai consolidar todas as informações que eu vou passar para vocês. Por favor, Alessandro. Primeira coisa que eu quero que vocês entendam é que se você for tratar de implementação de políticas públicas, muitos que a gente tem conversado pensam que está resumido a área de educação. A educação tem um papel fundamental na implementação dessas políticas públicas? Tem. Mas o que nós temos apregoado e temos insistido é que a implementação dessas políticas tem que ser feita de forma integrada e consorciada. Ela é transversal. Não se pode simplesmente pensar, a gente conversa com alguns gestores. Você tem políticas públicas implementadas no seu





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

município que atendam a essa faixa etária de zero a seis anos? E o gestor diz, não, eu tenho creches, eu tenho a educação infantil que trabalha com isso. Aí, o que a gente pede é que, ao elaborar os seus planos, vocês levem em consideração todas as áreas que têm relação com as políticas públicas voltadas para essa faixa etária de 0 a 6 anos e não simplesmente voltar-se para a área só de educação. Você tem assistência social, você tem cultura, você tem várias áreas nas quais as políticas públicas voltadas para a primeira infância estão contempladas. O que o vídeo tentou colocar para vocês é a questão do efeito dominó. O que é o efeito dominó? Já tem garantias, já tem estudos que dizem que você investir nessa faixa etária de zero a seis anos, você vai evitar vários problemas lá na frente. E, para os gestores públicos, isso é importante. Por quê? Se você investe, por exemplo, em creche, você vai diminuir o índice de violência doméstica, por exemplo. Violência contra a criança. Se a criança é bem tratada no tempo integral na creche, a questão da alimentação da criança. A mulher consegue trabalhar e buscar um emprego, então ela sai da dependência dos maridos, às vezes que sofrem abusos de ordem física. Então investir nessa faixa etária, você vai conseguir, pelo menos, reduzir algumas ações que ocorrem pela falta dessa política pública. Era isso que eu queria colocar para vocês e espero que a gente consiga colocar até o final. Por favor. O conceito que eu quero trazer para vocês, e aí entra a questão do poder legislativo, o poder executivo, o poder judiciário, é o conceito de governança colaborativa. Como é que isso funciona? Se a gente for considerar qualquer política pública, o que é que nós temos hoje? A União, ela legisla, cria o arcabouço legal e os municípios é quem deve implementar. Então falta aí um meio de campo, que eu sempre estou colocando, que é o papel do Estado como o fator coordenador dessas políticas e que vai apoiar os municípios a que eles as executem de forma, pelo menos, satisfatória e que consiga ajudar os municípios a que ele enfrente os problemas advindos na implementação dessas políticas públicas. Alguns decorrentes de ordem técnica, principalmente os pequenos municípios, de ordem financeira. A capacidade, a questão da capacitação. Então nós temos conversado com o governo do Estado para que ele assuma esse papel quando se fala em políticas públicas voltadas para





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

a primeira infância. E aí o que eu estou falando é o conceito de governança colaborativa, em que cada ente público, cada esfera, tem o seu papel. A União já fez o dela. Ela criou o marco legal. Existe uma lei e um decreto regulamentando, dizendo tudo como deve ser feito. O Estado tem que coordenar e apoiar os governos municipais. Eu tenho tido conversas com representantes do governo do Estado, para que eles tenham programas de apoio aos municípios, para que implementem essas políticas públicas pela primeira infância. Assim como, por exemplo, é o MS Alfabetiza. Eu sempre cito isso como um exemplo de governança colaborativa. E os municípios? São os municípios em que ocorrem as ações. Então, cabe aos municípios implementarem as políticas de serviço, que eles chegam até a criança, sua família e todo o entorno. Se essa cadeia funcionar, nós temos pelo menos uma expectativa de que essas políticas públicas vão efetivamente serem realizadas. O que eu sempre critico de forma construtiva é que não pode o Poder Executivo legislar, determinar que os municípios façam alguma coisa, sem dar as condições, sem ter ninguém para coordenar. E como o Estado é o órgão que está mais próximo ao municipalismo regional e ele tem a capacidade de coordenar essas ações na captação de recursos, na transferência de capacidade técnica, na capacitação dos agentes públicos, dos municípios, nós temos convidado e conclamado ao Estado a assumir esse papel. Pode passar, por favor. Quando você for falar em governança colaborativa, nós temos três tripé. E pensem nisso quando forem elaborar o PMPI e quando forem trabalhar em conjunto. Não é só o Poder Executivo, não é só a Câmara, não é só as organizações não governamentais. Nós temos três conceitos. A Intersetorialidade. O que representa a intersetorialidade? Quando o Poder Executivo for implementar as políticas públicas, o seu plano municipal para a primeira infância, não pensem só na Secretaria de Educação, não pensem só na Secretaria de Assistência Social. Olhem para dentro do seu orçamento e vejam onde tem ações voltadas para a primeira infância. E aí, se você for no Marco Legal e no Decreto Regulamentador, tem lá todas as ações temáticas que estão relacionadas com esse tema, cultura, saúde, prevenção de acidentes, e aí vai, são várias ações. E você tem que convidar essas pessoas para trabalhar na construção do plano e na





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fiscalização da sua implementação. E aí é o papel que eu entendo que é do Legislativo, que ele tem que acompanhar o Poder Executivo e ajudá-lo a construir esse processo. A intergovernabilidade, aquilo que eu já falei da governança colaborativa. Poder, união, estados e municípios. E a extra-governabilidade. Você tem que olhar para a sociedade organizada também. Ela também tem que participar do processo. Então, pessoal, não esqueçam desses conceitos quando estiverem discutindo as políticas públicas voltadas para a primeira infância. Isso serve não só para a primeira infância, é para qualquer política pública. Pode passar. Aqui tem só alguns dados que justificam o que a Alessandra já falou, 2,7 milhões de crianças que nascem, 31 morreram, 20 mil mortes poderiam ter sido evitadas. 8,6% do nascido vivo apresentam baixo peso. 29% das gestantes não fizeram as 7 consultas pré-marital. E 1.600 mortes de mulheres que foram gestantes poderiam ter sido evitadas. Então, vocês vejam que tem muita coisa para se fazer. E nem sempre está envolvido só a educação, tem saúde, tem assistência social, tem garantia da família. Então, as políticas públicas, elas têm que ser coordenadas e integradas. Às vezes você pergunta, onde é que está a política? Está na educação, eu tenho na saúde e tenho na assistência social. Aí vem aquela pergunta, quem coordena isso? Aí você não tem a resposta. Não tem a resposta. Aí já se tem uma dúvida, porque se um desses atores não fizer a sua parte, o elo, a corrente quebra. E você não consegue o resultado, porque um impacta no outro, é feito dominó. Tá? Pode passar, por favor. Cuidados na primeira infância. Quando você tem isso como prioridade... Porque aqui deve estar batendo uma obra, né? 65%, reduz 60% a chance do indivíduo cometer crime. Então vai ter problema lá na frente. 40% de presa e 20% de não ter um trabalho. Tem muitos lugares aqui no Mato Grosso do Sul que tem um investimento altíssimo. Eu falo Chapadão, não, é Rivas do Rio Pardo. Pessoal, tem 4 mil homens trabalhando em Rivas do Rio Pardo. Uma cidade desse tamanho. E as crianças, se não estiverem protegidas, vocês imaginam o que vai acontecer por trás disso. Inocência, eu acho que é a próxima. Isso é uma realidade. Está-se trazendo emprego, está-se trazendo progresso, só que você tem que tomar cuidado. Isso gera algumas externalidades que precisam ser observadas. A







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

gente tem discutido isso lá no tribunal. Pode passar, por favor. 18,5 milhões em uma aproximada de criança. Qual é a realidade do nosso país? 45% não tem esgoto. 15,9% falta água e 9,6% não tem colete de lixo. E tomem crianças nas UBS com problema de saúde, por falta de políticas públicas. Efeito dominó. Pode passar, por gentileza. Como podemos implementar essas políticas públicas? É o recado que eu quero dar a vocês para finalizarmos a nossa participação. Por favor. Primeiro, a construção do plano. Não se faz nada sem construir plano. A gente pode chegar, ó, coloque a política pública no seu orçamento, você não tem plano, você vai colocar qualquer coisa ali dentro. E não é esse o nosso interesse. Você tem que construir o plano, vai para o planejamento de estratégia e constitui um comitê que ajuda tanto no plano como na avaliação. Esse é o tripé, isso aqui é o que vocês têm que pensar em construir, quando você vai falar em política pública. Nós, do Tribunal, estamos dispostos a ajudar nos três eixos, já estamos preparando ajuda para a construção do PMPI, para a elaboração do PPL da OILO, estamos construindo com o Estado e com a capital já, para servir de exemplo, e os comitês. Nós construímos um comitê interno. O nosso comitê, pessoal, nós apresentamos só os membros do tribunal. Nós temos a doutora Elisabeth do TJ, a doutora Débora da Defensoria Pública, não sei se o doutor conhece, e a doutora Vera do Ministério Público. Então, não é só o Tribunal de Contas. Por que eles tiveram interesse em participar? Porque a Defensoria Pública tem várias ações por vaga na creche. A Justiça tem várias ações de violência contra a criança. Então, se não tem creche, efeito dominó. Entenderam? Aqui está o nosso comitê. Depois vocês terão a oportunidade de conhecer cada um. Aqui só estamos eu e a Lê, que representa todo o comitê, mas cada um desses são encarregados pelas dimensões já colocadas. Aí a nossa resolução, por gentileza, pode passar. E aqui estão os parceiros que eu já falei para vocês. Essa outra parte, eu vou pular, para dar oportunidade para as pessoas que vão falar, que eu vou falar sobre planejamento, falar sobre todas essas questões da importância. O recado que eu quero dar a vocês. A Alessandra já falou da importância, até pelo exemplo pessoal, de vocês terem isso como prioridade. O segundo recado. Na hora que vocês forem fazer, não façam, e aí é um recado para o Poder





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Executivo, e que não façam isso sem colaboração do poder legislativo, sem instituir, por lei, o plano municipal da primeira infância. Organize o seu planejamento estratégico, que a gente possa visualizar no seu plano plurianual, na LDO e na LOA, quais são as políticas, quais são as metas que vocês têm para a primeira infância, para que a sociedade possa acompanhar, e nós, do Tribunal de Contas, vamos acompanhar. Porque nós saímos um pouquinho das nossas tarefas para ajudar os municípios e o Estado a construir essas políticas públicas, e depois nós vamos retornar. Já existe um projeto de lei na Câmara dos Deputados que vai constituir crime de responsabilidade, o gestor que não colocar no seu planejamento estratégico, as políticas públicas voltadas para a primeira infância. A gente está se adiantando. Na verdade, nós não queremos essa questão, Ah, vamos punir. Não existe isso. O que existe é você resolver um problema que já deveria ter resolvido há muito tempo. Quando a Alessandra colocou, nós fizemos a estimativa. Pessoal, 30 mil vagas que não são atendidas nas creches, são 30 mil problemas que vai ter mais na frente. E a capital entendeu isso, o governo de Estado já está entendendo o papel dele dentro da Governança Colaborativa, o governo de Estado disse o seguinte, olha, não é a minha responsabilidade, mas eu vou destinar tantas mil vagas, eu vou recuar, vou atender, para que você tenha fôlego para construir as creches e resolver o problema na base. Então, para nós, já estamos tendo fruto do nosso trabalho, só que não é papel do tribunal de contas se inserir nisso. O papel de elaborar políticas públicas, o papel de executá-las, é do poder legislativo, do poder executivo, e nós que trabalhamos nos poderes de controle, seja o Judiciário, seja a Defensoria, seja o Ministério Público, Tribunais de Contas, nós vamos acompanhar, só que nós estamos, já vimos que não adianta só nós ficarmos lá na ponta avaliando coisas que não foram feitas, foram mal feitas no começo. Aí nós viemos colaborar com o Poder Legislativo e Poder Executivo para que na fase de sensibilização, na questão da ajuda técnica, para que futuramente a gente reverta essa realidade. Era isso que eu queria colocar. Desculpa ter estendido. Conseguiu o vídeo? Vocês dão três minutos, por favor? É no começo, logo no começo. Isso. É porque aí vocês vão entender o que eu falei de efeito dominó. Conseguiu, Kiko? Se não der, deixa para lá. Tinha um





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

vídeo que depois vocês podem, eu vou encaminhar àqueles que quiserem, que vai falar sobre essa questão de tudo que eu coloquei aqui, que vai resumir. Se você pudesse fazer algo para diminuir a criminalidade, melhorar a qualidade da educação. E da saúde, elevar a renda das famílias e aumentar a qualidade de vida. Na sua região, por onde começaria? A ciência nos diz que podemos encontrar. A resposta para essa pergunta na primeira Infância, quando a arquitetura do cérebro começa a se formar. A arquitetura do cérebro tem início nos primeiros anos de vida e continua ao longo do tempo, moldada pelas experiências vividas. As experiências mais marcantes vêm dos relacionamentos que envolvem a criança, pais, parentes e cuidadores em geral. Mas problemas graves enfrentados logo no início da vida podem interromper o desenvolvimento saudável do cérebro. E na medida em que se fica mais velho, é muito mais difícil modificar. A arquitetura do cérebro e também o comportamento. Ou seja, o que acontece na infância deixa marcas para toda a vida. Agora imagine que você pode fazer algo para melhorar o desenvolvimento das crianças e aumentar a qualidade de vida dessa comunidade. Quando e onde essa ação teria maior impacto? A relação entre as políticas públicas, o acolhimento maternal e a arquitetura do cérebro fica muito mais clara quando vemos como os acontecimentos, a família e o ambiente da comunidade afetam o desenvolvimento da criança. Por exemplo, digamos que o governo queira fazer da sua comunidade um lugar mais seguro, ou melhorar o aprendizado das crianças, ou diminuir os gastos com doenças crônicas. Uma criança que cresce em um ambiente assim provavelmente vai sofrer menos estresse e vai ter mais oportunidades de aprendizado. Isso leva a uma arquitetura cerebral mais sólida e a uma estrutura mais apta a superar as dificuldades. Isso prepara a criança para ter sucesso. Na alfabetização e desenvolver outras habilidades no começo da vida. Posteriormente, leva a um melhor aproveitamento das aulas e a redução da evasão escolar. Experiências positivas na primeira infância também podem diminuir a ocorrência de obesidade, diabetes e doenças cardíacas. Aumentar os níveis de educação e saúde. Pode ter efeitos positivos para toda a sociedade. Redução da criminalidade, aumento da renda e elevação da arrecadação de impostos.





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Políticas públicas têm impacto sobre as pessoas e as comunidades. Isso quer dizer que fazer escolhas apropriadas que promovam o desenvolvimento saudável do cérebro. Na infância pode afetar a saúde, o comportamento e o aprendizado por toda a nossa vida. Bem, graças a Deus que deu certo. No final, tudo dá certo. Pessoal, isso aí resume todo o recado que a gente queria dar a vocês. Espero que tenhamos deixado uma semente. Mais uma vez, agradecer, vereadora, pela iniciativa da senhora em trazer esse tema aqui para o debate. Muito obrigada a todos. Agradecendo ao senhor Célio, comunicamos que, ao final das palestras, se alguém quiser fazer algum questionamento, procurar a servidora Calisbel e ela anotar o nome. Então, ao final das palestras. E, em tempo, gostaríamos de registrar a presença do doutor Túlio Cruz Nogueira, defensor público, e da excelentíssima senhora vereadora Neli Abdulahad. Dando sequência às palestras desta manhã, convidamos a professora doutora Fanny Liz Alvarenga, de Oliveira Tebicherani. Ela que é proprietária da empresa Arcanjos Consultoria Educacional Limitada e que desenvolve consultorias nas áreas de gestão em recursos humanos e educacional para empresas, instituições, organizações, famílias. É CEO da plataforma criada como responsabilidade social de Arcanjos Florescer Mulher Digital. Ministra palestras e treinamentos, mentorias, nas áreas de administração educacional e em demais áreas, com parcerias em diversos profissionais, especialistas para proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional. Sua palestra versará sobre educação infantil, atendimentos na diversidade, e transtornos da aprendizagem infantil. Bom dia. Eu quero agradecer imensamente o convite, agradecer primeiro a Deus as bênçãos que Ele nos deu por este novo dia, amém? Não escutei, amém? Amém. Bênçãos ao nosso Senhor Jesus Cristo pelo nosso dia de hoje, por tudo e por todos. Agradecer as autoridades, em nome da nossa secretária Vera e ao prefeito, à vereadora Kamila pelo convite, ao Candinho, que é o nosso presidente aqui da casa, a todas as vereadoras aqui presentes, autoridades, e principalmente a vocês, públicos, que são a representatividade da nossa sociedade. Uma audiência pública sem vocês não tem o menor sentido. E eu quero aqui agradecer os conhecimentos multiplicados pelos doutores que apresentaram anteriormente e dizer que está aberta aqui







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

a discussão. Nós não estamos aqui somente para apresentar para vocês. A audiência se faz quando a gente também dá voz a vocês. Eu acho superinteressante tudo o que foi colocado, apesar de ter momentos de tristeza, onde a gente constata que realmente existe uma necessidade urgente de políticas públicas para salvaguardar a vida das mulheres que são gestantes, independente da faixa etária delas, Então, assim, sintam-se à vontade. No decorrer da palestra. Se você quiser ter a sua fala, pode levantar a sua mão. Nós estamos aqui para discutir, para contribuir. Não é isso? A infância, a primeira infância, responsabilidades. Quem são os responsáveis pela primeira infância? Nós já tivemos aqui a apresentação, a gente colocou ali o governo, as esferas estaduais, municipais e tudo mais, mas, sobretudo, a primeira infância de responsabilidade da família. A família precisa salvaguardar suas crianças. E, de apoio, a família tem toda a questão da escola, do poder público, da sociedade, das legislações, do ECA, dos conselhos, dos comitês, dos planos nacionais da primeira infância. E aqui eu remeto à mesma concepção da urgência, da necessidade de termos um plano municipal para a primeira infância. Com uma atenção voltada totalmente para a questão da integral e integrada sistema de todo o desenvolvimento da criança. E aí nós temos os programas de adesão ou não do município. E é por isso que é importante a sociedade conhecer quais são os programas que existem, quais são os planos que estão aí. Quando ela diz sobre a necessidade, nós temos um plano plurianual, as leis orçamentárias, que prevê toda a visibilidade, a projeção, os projetos que podem ser aderidos para o nosso município, é importante que a sociedade acompanhe. Quando ele diz assim, o Tribunal de Contas não vem para punir, ele vem para monitorar, ele vem para verificar se há alguma situação que poderia ser melhorada ou não. E aí a sociedade precisa compreender o papel dela também, não só de cobrar do poder público, mas de fazer parte do poder público como sociedade atuante nesse processo. E aí hoje eu trago um recorte de uma situação que a primeira infância passa. Nós, até o momento, generalizamos a primeira infância. E eu trago aqui uma reflexão sobre a complexidade do atendimento na questão de diversidade. Nós temos ali, no poder da escola, a responsabilidade de trabalhar todas as diversidades e dificuldades





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de aprendizagem. Então, a gente tem ali um atendimento que deve ser da melhor maneira possível para o desenvolvimento dessa criança. Nós temos ali a família, a escola, a sociedade, que é o tripé de maior importância para o desenvolvimento da criança. Então nós temos ali o compromisso, enquanto educação, de professorar. E aí eu trouxe essa palavra exatamente para remeter à questão da importância de a gente ter a espiritualidade, a humanização da escola. Nós temos que realmente orar muito para a questão dessas crianças que ali estão. Que as nossas creches, as nossas escolas não sejam meras repositórias de criança mesmo. Que a gente possa ter ali o compromisso sério de um desenvolvimento infantil na sua dimensão total. E aí a família tem um papel muito importante. Nós estamos ali numa situação onde a família delega à escola o processo de ensinar e de educar. A escola acaba sendo responsável por tudo. E aí a gente pergunta, onde está a família? Por que só a escola deve ter essa responsabilidade de desenvolver a criança? A escola tem uma responsabilidade, um processo de ensinar. E a educação vem de casa, vem da família. Entretanto, precisa existir essa inter-relação, para que o cuidado, as relações tanto intra quanto inter, a gestão escolar, os professores, os auxiliares, as crianças, façam parte de um processo integrado, onde os pais, família e sociedade trabalhem junto em prol do desenvolvimento dessa criança. E aí a gente vem, então, trazendo o tópico principal, que é a diversidade de aprendizagem. É tão importante a gente saber que no mundo em que nós vivemos existem diferenças sociais, culturais, econômicas, que recaem diretamente sobre o processo de ensino-aprendizagem. Talvez, como educadores, a gente acredite que o ideal seria que toda criança fosse igual, a gente trabalharia de uma forma mais segura, porque o que eu trago de atividade hoje eu aplico de A a Z, e todo mundo vai aprender de 0 a 10. Só que nós temos, na nossa realidade, crianças especiais. E nós temos também professores extremamente especiais para essas crianças. Então, nesta audiência pública, o ponto de reflexão que eu trago para a discussão é a importância da conscientização e de políticas públicas que reforcem a questão da formação continuada frente a essa situação de dificuldades na aprendizagem na primeira infância. Quando diagnosticado logo no início, é tão mais fácil que o





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

processo se desenvolva de um transcorrer tranquilo, onde a criança tem ali a segurança de que ela é igual na sua singularidade aos outros, aos demais, que é a integração da escola, juntamente com as crianças que são ditas normais e as crianças que são especiais. A gente realmente trabalha a inclusão. E aí, na diversidade de aprendizagem, levando em conta os aspectos social, cultural e econômico, também devemos pensar de que forma podemos fazer a inclusão, apesar da individualidade de cada um, qual o modo, qual o percurso que devemos ter, respeitando o ritmo de cada um. E aí precisamos reforçar que cada um tem a sua própria história e cada um tem a sua dimensão, a forma de aprender, a percepção, a recepção, os processamentos, a compreensão. Existe uma complexidade no desenvolvimento da cognição. E aí a doutora explicou muito bem quando ela disse assim, não posso me ater muito à questão da neurociência, porque ela tem uma complexidade que não daria aqui para a gente, em poucos minutos, discorrer sobre. Mas é importante que vocês saibam que cada um tem a sua singularidade dentro de um processo educacional onde estão todos na mesma sala. E aí cabe a professorar com uma dignidade, uma humildade de sempre querer saber mais. Porque nós nada sabemos. Por mais que a gente estude, ainda há muito a ser aprendido. Então, dentro dessas dificuldades que existem na diversidade de ensinar, é importante que a gente tenha políticas públicas que reforcem, que propiciem a capacitação profissional. Dessa pessoa que vai estar trabalhando ali de zero a três anos, E eu incluo aqui todo o processo educacional, independe, porque a dificuldade, quando ela é detectada como um transtorno, por exemplo, é importante que aquele professor de apoio não seja colocado ali apenas e tão somente porque ele passou em um processo seletivo. Porque, às vezes, ele tem um conhecimento científico, mas ele não tem como trabalhar na prática realmente com cada singularidade, com cada síndrome, com cada situação especial que, de repente, essa criança possa aparecer, apresentar. E aí, uma relevância que eu acho, assim, superimportante no processo educacional. Estou falando aqui voltada à questão da educação em si, porque estamos trabalhando a diversidade frente às dificuldades que as crianças podem aprender no processo de ensino. Sobre a formação, a qualificação e o





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

conhecimento dos marcos do desenvolvimento infantil. Trago aqui só um recorte. Se os professores que estiverem lá com as crianças, lá na creche, que nós temos ali pelo plano municipal as escolas integrais. E aí a gente pensa assim, a criança passa um tempo bem longo dentro daquele processo escolar. Se esse professor que ali está não tiver conhecimento mínimo sobre o marco do desenvolvimento, seja no sócio-emocional, na linguagem, no cognitivo e no motor, que é bastante complexo, qual é a segurança de um resultado que possa mudar os percentuais que o doutor apresentou ali, de marginalidade no futuro, de 65% de crianças que um dia foram, se tornaram adultos, que estão aí na margem, de uma sociedade porque não tiveram desenvolvimento lá na escola que pudesse assegurar que ele contribuiria com uma sociedade. Ao contrário, ele cresceu e ele virou um adulto que está realmente na marginalidade. Então, através da primeira infância, e do conhecimento que é necessário para que o desenvolvimento seja seguro e que essa criança possa não só ficar no 20%, mas que se transforme esse percentual, está na responsabilidade dessa união, da integração da família, da escola e da sociedade. E aí uma outra relevância, não só do marco do desenvolvimento, que é o princípio básico para se trabalhar com essa faixa etária, não adianta nós termos ali bases educacionais, legislações, se nós não tivermos o conhecimento do marco do desenvolvimento. E ainda, se nós não conhecermos quais são os estágios de desenvolvimento do cognitivo, que, de repente, nós, enquanto educadoras, aprendemos lá na faculdade. Que Piaget diz que existe ali o sensório-motor, o pré-operatório, o operacional concreto, o operacional formal. Não é uma beira teoria. É uma prática consciente do professor que está ali na responsabilidade de contribuir com o desenvolvimento dessa criança, que começa, sim, lá na primeira infância, a partir do zero ano. Quando a doutora disse assim, através da experiência de vida dela, de tantos estudos, e com o próprio filho, ela consegue visualizar e acompanhar todo o processo cognitivo que a criança passa. Então, quando ela alerta sobre a questão de não ser escola só como repositório de criança, é nesse sentido, de que haja uma qualificação profissional que seja de uma competência de desenvolvimento cada vez melhor para a versão dessa criança ser transformadora no processo da







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

sociedade. E eu trago aqui para vocês uma reflexão sobre a diferença de dificuldades e transtornos. Quando a gente não tem conhecimento das planilhas que eu passei ali anteriormente, existe o rótulo. Eu vou colocar o nome da criança A. A criança A está fora do padrão. Ela não respeita comandos, ela não se socializa. Então, ela não tem dificuldade. Eu já rotulo como ela tem um transtorno. Então, é muito importante também, aqui eu trago, não só para repetir o título de relevância, mas é de extrema importância, que o educador saiba a diferença entre dificuldades e transtornos. E aí o educador está ali porque ele tem um conhecimento, ele estudou para. E aí a família vem com a criança, e às vezes aquela família não teve a mesma condição que você de ter um conhecimento científico, de ter estudado. Às vezes a família não tem esse conhecimento. E daí cabe, então, ao gestor escolar, às políticas públicas, à integração, à rede governamental de atender essa família, para que ela possa, então, saber como trabalhar, se caso for detectado que a dificuldade não é dificuldade, e sim um transtorno. Porque o que está acontecendo, infelizmente, é que por falta de conhecimento, tanto da família, da sociedade, e até dos componentes que fazem parte da educação. Existe toda uma dificuldade, realmente, de dividir o que é transtorno e o que não é transtorno. Eu trago esse estudo aqui só para a gente poder entender quais são as causas, características e tratamentos para cada situação de dificuldade e de transtorno. A dificuldade, a gente consegue ver que é ligado à extensão de dificuldades emocionais, que às vezes vem até da questão ambiental. Já o transtorno, não. Ele está ligado ao aspecto biológico, ao aspecto do desenvolvimento cerebral. Mas a gente nem vai adentrar, porque a gente não tem tempo para isso. E aí eu faço um outro recorte, trazendo aqui uma diversidade específica de atendimento, por exemplo, com o transtorno do espectro autista. Nunca se falou tanto sobre o TEA como se tem dito atualmente. E existe, assim, uma urgência em realmente detectar o que é TEA e o que não é TEA. Porque, às vezes, é apenas uma dificuldade e acaba se colocando dentro da situação de TEA. Então, aqui nessa audiência pública, eu trago esse ponto para que a gente possa discutir e trazer para dentro da situação de planejamentos e de programas que possam contribuir para que a gente possa





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

trabalhar da melhor maneira possível, dentro do processo escolar, com este conhecimento de saber diferenciar do que é dificuldade e do que é transtorno. Além da questão de dificuldades e transtorno, eu trago aqui também uma outra reflexão que é sobre o desenvolvimento. Talvez por questões que a assistência social pode muito contribuir, de vulnerabilidade econômica da questão familiar, alimentação, como a doutora colocou, sobre a importância da amamentação e tudo mais, N fatores podem contribuir para a questão de dificuldades no desenvolvimento de um bebê, desde a vida intrauterina. Então, Às vezes, a questão de desenvolvimento pode causar, sim, um problema de transtorno. Mas ele também pode contribuir muito para a questão de dificuldade e não transtorno. Então a gente deve ter atenção à evolução, conhecimento sobre o crescimento, sobre a maturação de combinação genética e ambiental. Como é que essa criança amadureceu? Como é que essa criança está? Como ela está evoluindo? São tantos porquês e tantas questões que devem ser levantadas antes de se rotular transtornos. E aí, então, fica a questão de formas de atendimento. Para tudo tem um jeito. O doutor bem disse quando o vídeo não funcionava. Tudo dá certo no final. Por quê? Porque quando a gente une realmente esse tripé de conhecimento dos poderes públicos, da união, do estado, do município, e do tripé da família, sociedade, escola, família, escola e sociedade, a gente consegue, então, interagir com o processo educacional, querendo saber quais são os métodos que a escola utiliza. É importante que a sociedade e a família saibam quais os métodos que estão ali aplicados naquela escola. Qual é o plano político-pedagógico da escola. E aí, eu conhecendo a minha criança, eu saber, não, essa escola condiz com que realmente eu possa dizer que vai contribuir para o desenvolvimento do meu filho, da minha filha. Quais os recursos que existem ali? Será que existem políticas públicas que podem incrementar ainda a escola que eu tanto gosto, que é do meu filho? Será que os recursos que o município tem em verbas, que conseguiram através de programas, estão sendo bem aplicados? Será que foram compradas as coisas que prometeram? Como é que foi essa questão? Será que está sendo feita uma formação continuada condizente com o que foi estipulado no plano político-pedagógico da escola. Quais são as estratégias que





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

estão sendo utilizadas para que realmente haja o desenvolvimento do cognitivo, o desenvolvimento integral dessa criança que foi ali matriculada? Para tudo tem que existir um planejamento. E aí a gente retorna lá onde o doutor apresentou a importância de existir um plano municipal para a primeira infância. E esse plano não está só nas mãos aqui da nossa secretária representada, a secretária Mirta Landolf, representada pela nossa querida Eliana. Esse plano tem que ser partícipe. A sociedade tem que participar. Não existe aquela situação de onde eu pego aquele plano. A gente tem uma referência de um plano nacional. Mas eu preciso saber da realidade do meu município. Eu preciso tomar posse desta casa, porque esta casa é nossa. Quando a gente recebe um convite, a gente fica honrada. Por quê? Porque a gente pensa assim, nossa, a gente recebeu um reconhecimento de que eu faço parte, integrante desta casa. Porque os vereadores que aqui estão, fomos nós que colocamos. Então, quando se abre uma audiência pública, é muito importante a nossa participação. Porque nós podemos fazer a diferença. Nós não podemos somente ser o público que assiste. Nós temos que fazer parte do processo. Nós clamamos para que realmente sejam feitas ações de políticas públicas que revertam o quadro que está instalado, principalmente na questão da educação especial. A gente vê que o plano nacional, o plano estadual e o plano municipal têm índices baixíssimos de desenvolvimento de educação especial, comparados a outras metas que precisam ser alcançadas. E aí a gente se pergunta por quê. Não é difícil a gente descobrir um dos porquês. Um dos porquês é exatamente a falta de integração da família, da escola e da sociedade, e a formação e capacitação profissional para trabalhar com a educação especial. Eu trago aqui os sinais de alerta no neuro-desenvolvimento. Só um recorte, realmente, para nós analisarmos. O distúrbio de um neuro-desenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico tem manifestações comportamentais, déficit na comunicação, na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados podem apresentar um repertório restrito de interesses e atividades e podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo possível o diagnóstico de volta de dois a três anos de idade e tem prevalência no sexo masculino, aqui nós estamos falando do





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

espectro autista, que foi o recorte que a gente fez na educação especial. Então, a gente tem que ficar alerta a esses sinais. Não quer dizer que se, de repente, o centro de interesse da criança está voltado especificamente a um objeto, a uma situação, ele já seja autista. Porque, como a doutora colocou, na primeira infância, eles estão experimentando de tudo. E talvez, naquele momento, aquele objeto é de extrema importância para a criança. E isso torna autista? Sim ou não? Vamos participar, gente. Sim ou não? Não. E o que acontece? Às vezes, o aluno A chega na escola e ele só quer saber de dinossauro. Porque o centro de interesse dele está no dinossauro. E ele passa o primeiro bimestre voltado para o dinossauro. E infelizmente, muitas vezes, ele não é integrado na turma. Por quê? Porque o ar atrapalha, porque ele só quer o dinossauro, e o meu planejamento não tem o dinossauro. Eu quero trabalhar com outras situações. Então a gente clama para que o dinossauro faça parte do planejamento, porque eu posso fazer qualquer coisa com o dinossauro e o ar vai estar integrado ao dinossauro. E talvez o dinossauro seja somente um período de tempo que aquela criança vai ter interesse. Dali a pouco ela vai poder se interessar por um navio, ou por uma máquina. Então, é essa tensão de sair da caixa que o pensamento possa se expandir e que haja a vontade de saber mais sobre. Que os professores não fiquem somente na sua primeira titulação. Já sou professor. Que haja essa ânsia de sempre querer saber mais. Porque quando a gente quer saber mais, assim como a criança que tem dentro de nós, Que cada um alimente essa criança para experimentar sempre coisas novas. Que a gente não caia no tédio, padronização, de repetição, de um planejamento de ano a ano. Para que eu vou planejar? Eu já tenho do ano passado, eu estou na mesma turma. Tudo muda, gente. Então, que a gente tenha essa consciência. Aí eu trago algumas dicas, que a gente nem vai precisar se demorar sobre elas, porque eu fiz um recorte somente sobre a questão do TEA. Mas é extremamente essencial fazer adaptações curriculares para que as crianças no espectro possam também desenvolver da maneira que a criança que não tem o espectro se desenvolve. E aí, aqui eu trago uma situação de que essas atividades adaptadas não sejam somente na questão do TEA, mas em toda e qualquer situação que seja enquadrada ali como uma criança especial. E aí eu







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

agradeço aqui a atenção de vocês. Eu esqueci, vou só mostrar uma coisinha, porque a gente, quando é vó, a gente ama mostrar. Quando eu comecei a me apresentar, eu trouxe aqui para vocês o meu neto. Eu apresento vocês o meu neto. Eu queria dizer que, como experiência de criança que fui um dia, e que eu ainda trago dentro de mim. A gente pode dizer que a gente tem experiências que a gente pode contribuir com vocês. Então, eu deixei o meu contato em todos os slides. O que eu puder fazer para contribuir com vocês, tirar alguma dúvida, eu estou à disposição de vocês, está certo? Meu netinho ali na primeira infância, ele ainda se encontra, porque ele ainda está com cinco aninhos, é o Robertinho. Para quem um dia encontrar, pode falar que já conheceu a vovó, tá bom? E aí eu também trago ele aqui nesta, com a felicidade dele de ir para a escola, ele é um aluno de escola municipal, ele estuda na escola Isaac Borges Capilé, eu quero agradecer imensamente à Secretaria de Educação, porque a gente ali já atuou em alguns momentos juntas, e eu conheço da seriedade, do compromisso da Secretaria de Educação, e a gente tem ali a experiência de casa, E a gente fica muito feliz porque o Robertinho realmente é uma criança que se desenvolveu desde o primeiro tempo ali na escolinha dele, agora ele vai passar para o primeiro aninho, vai sair dali, não sei como ele vai reagir, mas ele ama a roupa da escola, o tênis da escola, ele ama ir para a escola. E aí, como ele sempre está com a vovó, o meu agradecimento está junto dele. Que Deus abençoe cada um de vocês. Eu espero ter contribuído com vocês. Muito obrigada. Agradecendo a palestra da doutora Fanny Liz, eu quero convidar a técnica de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, professora Elizabeth Felizari, para falar exatamente o que Ponta Porã está fazendo através da Secretaria de Educação com relação à primeira infância. Bom dia. Vim mostrar para vocês um pouquinho. Primeiro, agradecer pelo convite. Não tenho nenhuma palestra, mas estou aqui para passar para vocês o que é que nós, enquanto Secretaria de Educação, estamos fazendo pela primeira infância. Porque a gente sabe que, para o futuro promissor, tem que começar lá na gestação. E o convívio da família é muito importante. A criança precisa do convívio familiar. A criança aprende o que ela vivencia. Então, quando a Alexandra começou o vídeo, eu falei, está parecendo a





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

formação que nós passamos para os professores. Porque justamente pensando nessa questão, e hoje a gente percebe que os pais são muito jovens, E eles acham que celular e tablet é babá eletrônica. E as crianças estão perdendo neurônios, milhões de neurônios com isso. E eles não sabem, eles não têm essa informação. Então, o que nós fizemos? Conversamos com os professores a pensar sobre isso para que eles possam ter um olhar diferenciado em sala de aula, porque se o pai em casa está largando a criança com o celular, porque é isso que acontece, então na escola tem que ser diferente. Ele tem que ir para a prática, que nem a mãe falou assim, mas a criança vai se sujar. Falei, por que tem água e sabão em casa? Vamos deixar a criança partir para o lúdico. Então nós começamos uma formação continuada com os professores, alertando sobre essa questão. Então, antigamente, a gente tinha muito professor que usava demais a tela, a televisão, em sala de aula. Hoje, a neurociência já explica, já está pedindo para a gente não entregar nem celular na mão de criança até os seis anos. A gente sabe que é uma luta grande. Mas, pelo menos, esses pais têm que começar a dosar. Então, nós passamos essa formação continuada para os nossos professores, para que eles possam aplicar isso com nossas crianças. E, ao mesmo tempo, quando tem reunião com os pais, a gente passa essa informação da questão da poda neural, que ela acontece justamente De 2 aos 6, e depois na adolescência. Porque o pai não tem conhecimento disso. E quando a gente começa a falar, os pais falam assim, eu vou dar para o meu filho aquilo que eu não tive. Aí vai lá e compra uma motinha elétrica, para a criança, que a criança só liga o botãozinho e sai. Não é isso que ela precisa, ela precisa pedalar, ela precisa fazer essa voltinha do pé. E a gente está percebendo isso nas creches, que as crianças não têm. As crianças começam a correr e caem que nem saco de batata. Eles estão ficando hipotônicos. Por quê? Porque não andam mais de bicicleta, não correm mais. Lógico, hoje nós temos a mãe dizendo, muito perigoso você deixar as crianças andarem de bicicleta na rua, mas tem que arrumar uma estratégia. E eu penso assim, a gente fala, a primeira responsabilidade, é da família. E a família precisa ter esse conhecimento, que ela precisa ter esse convívio, que essa criança precisa brincar, que essa criança precisa se sujar. E isso nós estamos, em reunião





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

com os pais, passando para eles. E a gente está deixando uma pulguinha atrás da orelha em questão ao celular e ao tablet e televisão. Tem criança que fica sem comer, porque a mãe liga a tela, deixa lá e dá suco e bolachinha, que é mais fácil. Então, quando falamos do plano municipal para a primeira infância, e precisamos ter esse comitê intersetorial, porque precisamos começar a conscientizar lá essas mães, lá no comecinho, para que essas crianças venham a se desenvolver e ter o nosso futuro melhor. Então, assim, é só para deixar para vocês que nós estamos empenhados nessa questão. Hoje, a gente atende, de 0 a 6 anos, nós atendemos 4.447 crianças. 1.800 de 0 a 3 e 2.000 e pouquinho lá de 4 e 5 anos nas nossas escolas e creches municipais. Fala assim, olha, nós precisamos de creche em tempo integral. Sim, precisamos, mas aí eu ponho também sempre, o pessoal fala assim, Beth, você fica jogando água fria, não é jogar água fria. A gente precisa pensar também que essa criança precisa do convívio familiar. Antigamente, quando todas as nossas creches eram em tempo integral, e aí a gente contava que as crianças ficavam dez horas por dia nas creches, dez horas por dia. Cinco dias são 50 horas, porque chegavam em casa e iam dormir. São pequenos. Final de semana que ficava com a família, que seria o quê? 48 horas. Então, nós temos que ter um bom senso nessa questão, porque é complexo, nós temos que achar estratégia de que essas famílias possam ter esse convívio familiar com essa criança de, pelo menos, até os seis anos. Ou, pelo menos, o comecinho ali até os dois. Ele não é filho da professora, ele não é filho do sistema, é o filho de uma pessoa. A gente, quando escolhe ser mãe, a gente sabe que a gente tem uma responsabilidade grande conosco. Era bem rapidinho, era só para passar para vocês que nós estamos atentos a essa questão e a gente precisa, sim, do apoio de todos os segmentos. Em questão, quando a gente fala de primeira infância, como o Célio disse, não é só escola. A escola não está voltada só na educação infantil. Não é só assistência, não é só saúde. Precisamos montar uma grande equipe para estarmos garantindo os direitos da criança na primeira infância. Muito obrigada. Agradecemos a participação da professora técnica Elisabeth Felizari. Nós gostaríamos aqui de justificar a ausência da vereadora Lourdes Monteiro, que está em Campo Grande, vereadora Kamila, por isso ela





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

não está aqui, e a vereadora Anny Spínola, que também tinha um compromisso agendado. Mas, com certeza, elas aqui estão desejando êxito, bom retorno a todos e bons trabalhos depois dessas palestras elucidativas. A secretária Vera Lúcia gostaria de fazer uma pergunta. Bom dia. Na verdade, eu não quero nem fazer uma pergunta, eu quero primeiro parabenizar a vereadora Kamila pela iniciativa e o Tribunal de Contas. Eu estava lá no evento e eu fiquei pensando assim, o que estimulou o Tribunal de Contas a pensar nesse tema? e fiquei feliz em saber disso. E hoje eu refleti várias coisas. Infelizmente, ou felizmente, a gente precisa ter coragem de se construir. Nós vamos precisar de se construir para que a gente construa de verdade uma infância protegida. Hoje, eu acho que eu e a minha equipe estamos muito sensibilizados, e talvez é, vereadora. As crianças que a gente atende nem chegou aqui na discussão. Eu falava isso com a vereadora Neli. O nosso abrigo está cheio de crianças. Acho que a gente está com quase 40, ou já passou, não é, Val? E ontem a gente foi na aldeia e a gente teve que trazer no carro da assistência uma menina, que os pais morreram, ela é órfã, e um grupo de agressores tenta invadir a casa da tia, que acolhe a menina para estuprar. Todas as noites, na última noite, eles foram com faca e corda. Corda para puxar a menina. Daí eu fico pensando que a gente tem crianças que morrem no Brasil, muitas crianças, com o erro nosso do Estado. Crianças que vão para adoção e voltam, crianças que o Poder Judiciário e a Política de Assistência Social não conversam. Muitas vezes a gente, infelizmente, entrega uma criança para a família, que é óbvio, que não vai dar certo, porque faz parte desses 90% que teve experiências horríveis nos primeiros anos. E como que a gente vai exigir de uma mãe que passou fome e que foi violentada de todas as formas a amar uma criança, se eu só consigo dar do que eu recebi? Hoje eu quase não vim, porque eu me senti tão impotente, eu tenho me sentido muito impotente, eu falei ontem. Não sei, parece que não tem jeito, e é muito difícil ter essa sensação. Só que daí, quando o prefeito ligou, eu também pensei, Fanny, eu pensei, Deus nos coloca no lugar que a gente precisa estar. E eu acredito que a nossa conexão com Deus, o nosso compromisso com Deus, a gente precisa ter motivação. E o que me move acordar todos os dias é saber que tudo nasce de







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Deus, independentemente de a gente acreditar ou não. E que se a gente tem um grupo de pessoas pequeno, como a vereadora, como vocês do tribunal que estão aqui, como o grupo que está aqui, eu sei que foram muitos convites. Eu imagino quanto convite foi e quantas pessoas que nem olhou para o convite. E se a gente não reconstruir a nossa visão de pai, de mãe, de educador, de agente de transformação, nós estamos perdendo as nossas crianças. Depois que elas chegam no abrigo e no CREAS, pensando em assistência social, é muito difícil conseguir resgatar, porque é muito difícil você dizer para uma criança que foi violentada por alguém que ela pensou que deveria amar, que, teoricamente, deveria amar, que ela é importante. Você pode falar o que você quiser, que ela não se sente mais importante. Então, Eu quero parabenizar e dizer que hoje eu não estou sem esperança, mas eu estou dizendo que a gente tem um grande desafio. Até a Neli perguntou, a gente pode ir no abrigo? Falei, pode, a gente precisa olhar para isso. E eu achei legal essa ideia do tribunal olhar e observar lá onde é que o município está gastando, está investindo na criança, o Estado está investindo mesmo na criança, porque o nosso desafio é muito árduo. É além de tudo. Quando eu cheguei aqui hoje, fiquei pensando e falei, vereadora, tem coisa que, se a gente contar, não te alcança. Só que não dá para julgar essa mãe, porque ela foi uma criança violentada, não dá para julgar esse pai porque ele foi uma criança vítima de abuso. Então, uma criança não tratada vira uma agressora em potencial. Então, se nós sabemos disso, nós precisamos de políticas de saúde para tratar, nós precisamos de espiritualidade, nós precisamos de inteligência emocional. A gente precisa de pessoas, de gestores envolvidos que enxerguem, atrás do papel, as vidas. Porque, quando a gente erra, e eu estou falando do Poder Judiciário, lá atrás do papel, porque os juízes, promotores, é papel mesmo, a gente sabe disso, é processo. Mas, se eu não ver pessoas atrás do processo, a gente ajuda a matar. Então, aquele menino do tambor, em São Paulo, que foi alarmante, A criança que o CRAS atendeu outro dia, que passou por vários setores, toda machucada, toda ferida, em cárcere privado. Essa criança passou por todo mundo. Ela esteve na educação, ela esteve na escolinha dominical da igreja, ela esteve na catequese, ela esteve por aí. Mas precisamos





## CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

exercer o olhar de verdade sobre a criança, um ser humano em desenvolvimento, para que a gente tenha uma sociedade mais justa, mais fraterna, uma sociedade mais saudável, porque as pessoas estão adoecendo. E esse adulto que fere hoje foi uma criança ferida. Então, eu queria só falar, parabenizar, pedir desculpa pelo choro, mas eu fiquei bem mexida mesmo com tudo isso, e dizer que pode contar conosco, a assistência social, é que estamos aqui para isso, para somar mesmo, embora somos só um pedacinho. Às vezes ficamos perdidos no meio de tudo isso. Mas ver vocês aqui é saber que não estamos sozinhos. Talvez sejamos um grupo pequeno, uma rede fina, mas uma rede forte que pode, sim, vencer essas barreiras e transformar a vida dessas pessoas. Obrigada. Agradecemos aqui a pergunta. Há mais alguma pergunta a ser feita? Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer as autoridades presentes, a vereadora Kamila, pela iniciativa. Muito se ouviu falar na responsabilidade da educação na primeira infância. Acaba que parece que a maior parte da responsabilidade é da educação. E agora a Vera falou da saúde, citou da saúde. Eu acredito que foram convidados também representantes da saúde, da sociedade civil. Faltou também o CAPSII, que hoje é muito fundamental. Porque é fundamental, aqui não foi falado, desculpa, é fundamental a participação do CAPZI nessa política de primeira infância. Eu gostaria de questionar também, está sendo elaborado o Plano Municipal de Primeira Infância? Secretária, alguém sabe me responder? Isso já está sendo elaborado? O Plano Municipal de Primeira Infância. Porque não adianta você pensar. A criança fragmentada. Quando a gente pensa na criança, na assistência social, a gente não pensa na criança no todo. A gente pensa na criança que já teve o direito violado pela família e pelo Estado. Pelo Estado, quando a gente não consegue prover o sustento desse pai, dessa mãe, o trabalho, a cultura, o lazer. Então, o plano municipal, ele não pode ser elaborado pela assistência. Sim, é justamente isso. Deve ser dividido em eixos. a educação, a saúde, a assistência social. Então, é justamente sobre isso que eu estou falando, porque a saúde também precisa estar presente, tanto desde a gestação, desde a concepção, como foi falado, porque até para poder, a nutrição combate a desnutrição, sobre vacinas. Então seria interessante, dentro do plano, eu como





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

conselheira tutelar agora eleita, eu estou começando, então até peço perdão que muitas coisas eu desconheço, porque eu vou assumir ano que vem. Então não tem como a gente saber tudo. Agradeço o convite por estar aqui, aprendo, estou aprendendo muito, é muita bagagem, mas é isso, é a gente poder trabalhar sempre junto. Foi falado também sobre O CEINFIS, as creches em tempo integral. Que, realmente, a participação da família na primeira infância é fundamental. Só que essa criança que não fica em tempo integral, na escola, ela pode correr, ela está em algum lugar. Às vezes os pais, na maioria das vezes, estão trabalhando, e essa criança, ela está em algum lugar. Se ela não está na escola, ela está na casa de um vizinho, ela está sozinha em casa, ela está na rua com as outras crianças. E ela está ali sujeita a violência, a violação de direitos, a abuso, então eu gostaria também de deixar essa aspas com relação, porque no meu entendimento, deveria ser ampliado, sim, as creches em tempo integral para colher, para poder dar o suporte para essas crianças. Porque a criança que não está na escola, a criança está na rua, eu tenho andado, e a gente vê que muitas crianças ficam na rua, acabam sendo... vítimas de violência de alguém, abuso sexual, enfim. E também ela pode estar indo para a criminalidade. Aqui nós vivemos em uma região de fronteira. A criança que não fica na escola e que está na rua, ela pode estar mais propícia a entrar para um tráfico de drogas, para uma exploração sexual. Então eu gostaria de deixar isso só como destaque. Obrigada. Eu queria só fazer uma contribuição, vereadora Kamila, e até como uma sugestão. O Poder Legislativo tem uma função muito importante nessa questão da construção do PMPI. Muita gente acha que isso é responsabilidade do Poder Executivo. Essa audiência pública, ela foi falada sobre a primeira infância, você pode ter uma audiência pública para tratar do PMPI. E aí a construção do comitê intersetorial, interinstitucional, é fundamental que enxerguem isso. Porque senão fica essa situação que já existe um plano que está inserido dentro de outro, aí você vê a educação precisa de outra situação, você vê a saúde, se você vê todas as instituições, elas têm contribuições a dar na construção do plano. E eu vejo o Poder Legislativo como um órgão agregador que pode conduzir essa discussão. Lá em Campo Grande já começou. Nós participamos de





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

uma audiência pública para tratar do plano, E aí teve encaminhamento, exatamente porque veio uma secretária e disse, não, eu já estou cuidando do plano. Aí a outra secretária disse, não, mas você não falou comigo. Aí começa já um probleminha ali a ser resolvido. Então eu vejo a questão da condução por parte do Poder Legislativo uma ajuda muito grande na Constituição, não deixar só na mão do Poder Executivo. Essa é uma sugestão. E essa questão que a conselheira colocou, a respeito da creche integral, por isso que eu falo que as políticas PUC têm que ser integradas. A visita domiciliar, ela complementa essa questão da necessidade de você acolher essa criança na creche. Então, além da creche, você tem que ter a visita domiciliar para que você possa identificar vulnerabilidades por parte dessas crianças. Essa é a minha contribuição. Vou ser breve, só para falar em nome da Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Ponta Porã, para que se pense no plano e convide a associação para conversar sobre a necessidade da criação, em Ponta Porã, de uma escola clínica, onde a criança seja atendida desde o primeiro momento, portadora do espectro autista, seja atendida desde o primeiro momento, em todas as suas necessidades. Os planos de saúde não querem cobrir as terapias, ainda que cubram em Ponta Porã. É difícilimo o atendimento. Não existem profissionais disponíveis. A agenda da única terapeuta ocupacional da cidade é lotadíssima. Nós não temos neuropediatras. Temos um neuropediatra no SUS. Então Ponta Porã já tem uma demanda enorme para essas crianças. A gente precisa de atendimento escolar especializado nisso, não só o profissional de apoio ali na escola. Eu acredito que a gente precisa de um nos mesmos moldes da escola clínica da Berenice Piana, que é a mãe de autista que deu origem à lei de proteção ao autista. Que essa escola consiga completar com todos os profissionais e suprir as necessidades dessas crianças que estão à margem. Os autistas, os portadores de Asperger estão à margem. Falta fisioterapeuta, falta fonoaudiólogo. As sessões de fonoaudiologia disponíveis são uma a cada 15 dias. Eles precisam de atendimento mais frequente. Precisam de fisioterapia, precisam de terapia ocupacional. Para cada etapa do seu desenvolvimento, precisam de profissionais específicos para cada idade. E isso acaba não sendo atendido. Porque no SUS está







**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

disponível, mas espaçado, perdido. Que se pense no plano e que se chame à associação para ajudar a contribuir e dizer, olha, a gente precisa disso, disso e disso, e que se pense em atender esse povo que está à margem de uma forma mais específica. Muito obrigada. Vereadora, eu vou registrar a presença. Com certeza, muitas das pessoas que aqui estiveram já se ausentaram por compromissos, mas eu acho que foi muito válida a presença deles nos primeiros momentos. Estelita Ajala, presidente do Conselho Municipal de Saúde; Valdeceia dos Santos Oliveira, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, e do adolescente; senhora Suhaila Rashid, diretora pedagógica da APAE, que neste ato ela veio representando a presidente da APAE, Jussara Ferreira; Renata Grance Carvalho, coordenadora de Vigilância Epidemiológica; Luciane Alves Batista, visitadora do programa Criança Feliz do CRAS Salgado Filho; Helena Maria Cabral Silva, coordenadora do CRAS Salgado Filho e do projeto Trilha para o Futuro; Elizabeth Felizar, da Secretaria de Educação, que nos brindou também com uma fal; Andrea Almeida, coordenadora do programa Criança Feliz da Secretaria de Assistência Social; Camila Pedroso Duarte, do Cras da Copa, também visitadora do programa.; Nadir Cavalheiro, coordenadora do CAPES Infantil; Carla Galdino, assistente social da FUNCESP, que também veio representando a professora Selma Pelucci, ela que também é conselheira tutelar; O DR. Luiz Manuel Amorim, que é médico clínico do CAPES Infantil; Juliana Costa Linas, coordenadora do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde, Denivaldo de Oliveira, enfermeiro de epidemiologia e as conselheiras tutelares Ângela Ramírez, Maria Aparecida Cabral da Silva e Carla Fernandes Soares. E agora eu convido a senhora para o seu pronunciamento. Obrigada, Ana. Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui e falando sobre esse assunto que é superimportante, que é a primeira infância. Sempre ouvimos falar em um futuro melhor, que devemos pensar no futuro. Mas como pensar no futuro se não investir na criança? Acabei de ver o Camilo, meu filho, minha primeira infância, e ele é um dos maiores propulsores, junto com os irmãos, por essa bandeira também. Me resgatou várias memórias, como disse a nossa secretária Vera.





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Quem não sabe da minha história, eu comecei a trabalhar no programa Criança Feliz, que é um programa que tem dentro da Secretaria de Assistência Social. Fui ponta desse programa, fui visitadora, tive o privilégio de ser visitadora do programa Criança Feliz, onde nós não cuidamos só da criança, mas sim da família. Atrás de uma criança existe uma família. tem o pai, tem a mãe, os irmãos. E, nesse programa, a gente trabalhava o desenvolvimento integral da criança e o fortalecimento de vínculo familiar. Porque muitos pais pensam que você tem que dar qualidade. Eu vou dar para o meu filho o que eu não tive, mas é a qualidade de tempo que você tem com o seu filho. E a criança não nasce sabendo valores de um brinquedo ou de um celular. Ele sabe o que você oferece para ele, naquele tempo que você tem com o seu filho. Nesse programa, eram desenvolvidos brinquedos recicláveis. Então, a gente mostrava para essa família que era possível você desenvolver a sua criança através do brincar, e nisso fortalecer o seu vínculo com ele. E era naquela qualidade de tempo que ela tinha com a criança. No começo era um pouco frustrante, porque a adesão desse programa, a família não entende que não tem um custo de benefício que nem a Bolsa Família, mas é de que lá no futuro vai propor algo de bom para o filho dele. A adesão era um pouco tímida, mas quando a família via que tinha resultado, às vezes, em um mês de visita, A família já ligava no CRAS. Por que o visitador do Criança Feliz não está vindo? alguma dificuldade de logística de carro, no caso. Às vezes, a visita não conseguia ser contínua. Mas, enfim, essa busca dessas famílias pelo programa era muito gratificante, e nós vemos que esse programa está aí, está crescendo. Hoje, pela coordenação da nossa coordenadora, Andrea, e as visitadoras aqui. Me deixa feliz de ver vocês aqui, porque vocês estão continuando esse trabalho do programa Criança Feliz aqui no nosso município. Mas eu já fiz essa indicação aqui, nessa Casa de Leis, sobre a Lei 12.257, do Marco Legal da Primeira Infância, onde falamos também sobre o plano municipal exclusivo para a primeira infância. Eu fiz esse pedido em 2022, estou reiterando novamente para que o Executivo apresente esse plano de acordo com todas as esferas que cuidam da primeira infância, que é a saúde, educação, assistência social, e todas as pessoas que queiram colaborar também





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

com esse plano municipal. Vi esses dias que foi notícia que o município de Alcínópolis, que tem já o plano municipal. Então, Ponta Porã vem em pleno desenvolvimento, referências em tantas coisas fora, Por que não também já começar a construir, já está em construção, mas abrir uma audiência para podermos agregar mais contribuições de mais pessoas em relação a esse plano. Porque se hoje nós formos fazer uma entrevista tanto com as famílias atendidas pelo Criança Feliz ou em outro lugar, no abrigo, vamos ver que tudo realmente começa na primeira infância, e precisamos do investimento do poder público em relação às nossas crianças. Agradeço a presença de todos. Espero que todos tenham saído aqui com algo para, no futuro, vir oferecer, porque a criança não é só a responsabilidade da educação, da saúde, ou do legislativo, ou do executivo. A criança é a responsabilidade de todos nós. E se cada um, dentro do seu âmbito de trabalho, tomar ciência disso, eu tenho certeza que, sim, vamos construir um futuro melhor. O nosso resultado não é para daqui a um ano, não é, Alessandra? Para daqui a seis meses. É a longo prazo. Nós estamos construindo, e eu quero ter certeza que, por mais que hoje nós estejamos aqui em minoria, mas que tenhamos força para construir e que lá na frente, os nossos filhos, os nossos netos estejam usufruindo de uma sociedade melhor. Muito obrigada. Agradeço, Camila, a sua presença, que sempre me acompanha. E é como você disse, Alessandra, a criança deve ser o que ela quiser e tem o estímulo da família dela. E se ela é bem estimulada, sim, ela terá um futuro promissor. Muito obrigada a todos, que todos tenham uma semana abençoada, e o futuro é hoje, é agora, e quanto mais cuidado, mais futuro. Bom, agora a vereadora Camila convida a Alessandra, por favor, aqui à frente, para receber o certificado e uma lembrança em gratidão pela vinda de vocês e pela palestra. Convidamos também o Célio para receber, e todos permaneçam aqui à frente para uma foto depois total. Convidamos doutora Fanny Liz. E convidamos Elizabeth Felizari também para receber um mimo de gratidão. Uma foto? É, uma foto aí. Sim, pois não, eles já estão se levantando do caminho. Desejando que os nossos palestrantes que vieram de fora tenham um bom retorno à sua cidade, Campo Grande. Agradecemos a presença de todos. Desejamos sucesso nos trabalhos diários e na primeira infância em





**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE PONTA PORÃ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nossa Princesinha dos Ervais. E a vereadora convida para um lanche ali no saguão de entrada. Sem mais para o momento, gostaríamos de agradecer a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública para tratar do tema A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

**ANNY ESPÍNOLA**

**CANDINHO GABÍNIO**

**KAMILA ALVARENGA**

**KLEBER ORTIZ**

**NELI ABDULAHAD**

